



# DIÁRIO

## da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

6.ª SESSÃO LEGISLATIVA

### REUNIÃO DA 1.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 20 DE JUNHO DE 2013

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Idalécio Quaresma

**Secretário:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Levy Nazaré

#### SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião quando eram 9 horas e 25 minutos.

Sobre a reassunção da presidência da Comissão pelo Sr. Deputado Idalécio Quaresma (ADI) intervieram, a diverso título, os Srs. Deputados Delfim Neves (PCD), Elsa Pinto (MLSTP/PSD), Domingos Boa Morte (ADI), Isabel Domingos (ADI), José Viegas

(MLSTP/PSD), Carlos Correia (ADI), Arlindo Ramos (ADI) e Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD).

A reunião foi suspensa para se consultar a deliberação da 1.ª Comissão sobre o Presidente Interino.

O Sr. Presidente encerrou a reunião quando eram 10 horas e 55 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

*Eram 9 horas e 25 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados.*

Acção Democrática Independente (ADI):

**Domingos Boa Morte**

**Idalécio Augusto Quaresma**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

**António da Trindade Ramos**

**Elsa Teixeira Pinto**

**José da Graça Viegas**

**Guilherme Octaviano dos Ramos**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

**Delfim Santiago das Neves**

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, tenho cá uma convocatória que foi introduzida ontem, com os seguintes pontos:

1. Leitura e aprovação da acta da reunião anterior;
2. Continuação da análise, na especialidade, do projecto de resolução n.º 69/IX/13 – Primeira alteração à resolução n.º 27/2007, de 15 de Fevereiro – Regimento da Assembleia Nacional.
3. Diversos.

Gostaria que combinássemos a hora do início e do término, antes de começarmos.

Gostaria de ouvir dos Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, eu estava à espera de uma explicação sua e não para iniciar a sessão, tendo em conta que ontem fez uma declaração, está na acta, e pedia ao técnico para ler a acta, para sabermos o que mudou.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Elsa Pinto.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputado, neste capítulo de nota prévia queria dizer que a Assembleia Nacional rege-se por regras, por princípios e a nossa conduta deve pautar pelos princípios que regem a Assembleia.

Desde Dezembro que o Sr. Deputado abandonou este lugar, foram feitos vários expedientes e um deles é justamente a questão do horário. Várias vezes estivemos aqui à espera que o Sr. Presidente, que devia fazer jus ao cargo que assumiu, aparecesse para assumir as suas responsabilidades, enquanto Presidente. É lamentável que as pessoas assumam-se como falsos moralistas!

Hoje o Sr. Presidente assume o seu lugar, mas houve mecanismos e demarches da 1.ª Comissão, relativamente ao seu posicionamento sobre esta questão. Assembleia não é a Igreja da Sé. Mesmo hoje as igrejas fecham e abrem as portas. O Senhor não pode, de ânimo-leve, assumir a presidência quando quiser e sair quando quiser. Isso não é propriedade nossa. Daí que penso que deve haver um posicionamento claro seu, relativamente à matéria.

Estamos todos para construir este país, para levar ao bom termo aquilo que são os projectos de interesse nacional e geral para este país, mas efectivamente precisamos compreender, mesmo tendo argumentos pós ou contra. Para o seu posicionamento, esta 1.ª Comissão deve, pelo menos, saber o que se passou e qual o seu posicionamento para o futuro, porque o senhor pode aparecer hoje e amanhã deixar de aparecer. É este o grande problema!

Também gostaria de ouvir a acta relativamente a esta questão, porque fez uma declaração e hoje está a assumir a presidência assim de ânimo-leve

O Sr. **Presidente**: — Agradecia que o Técnico da Comissão lesse a acta.

O Sr. **Samora Ferreira** (Técnico da 1.ª Comissão): — Bom dia Srs. Deputados, vou fazer a leitura da acta da reunião realizada ontem.

«Aos dezanove dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e treze, pelas oito horas e quarenta e cinco minutos, na sala do Plenário da Assembleia Nacional, reuniu-se a 1ª Comissão Especializada Permanente, com a seguinte ordem do dia:

1. Informação;
2. Análise na especialidade do projecto de resolução n.º 69/IX/13 – Primeira alteração à resolução n.º 27/2007, de 15 de Fevereiro – Regimento da Assembleia Nacional;
3. Diversos.

Na mesma estiveram presentes os Deputados José da Graça Viegas Santiago, que a presidiu, Idalécio Augusto Quaresma, Domingos José da Trindade Boa Morte, do Grupo Parlamentar do ADI, Elsa Teixeira Pinto, Guilherme Octaviano dos Ramos, Arlindo Barbosa Semedo, do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD e Delfim Santiago das Neves, do Grupo Parlamentar do PCD.

Estiveram presentes também os Srs. Deputados Arlindo Ramos e Isabel Maysa Jesus da Graça Domingos, do Grupo Parlamentar do ADI, António da Trindade Afonso Ramos e Jerónimo Lima Pires Quaresma, do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

Antes de se proceder à análise na especialidade do projecto de resolução n.º 69/IX/13 – Primeira alteração à resolução n.º 27/2007, de 15 de Fevereiro – Regimento da Assembleia Nacional, o Presidente interino levantou a questão da presidência da Comissão.

Após a devida análise da questão, onde ficou claro que é um assunto deveras importante, tendo a Sra. Deputada Elsa Pinto esclarecido que houve um expediente junto à Mesa para assumir a presidência interina da Comissão e que deveria haver um pronunciamento sobre a matéria.

Por outro lado, o Sr. Deputado Delfim Neves referiu que estando presente o Presidente da Comissão, deveria este assumir as suas funções, a menos que esteja a rejeitar as suas atribuições.

O Sr. Deputado Idalécio Quaresma afirmou que não se tratava de rejeição, que enviou uma carta à Mesa da Assembleia e, tendo em conta que não foi ele quem convocou a reunião, gostaria que fosse o Presidente interino a presidir os trabalhos. Desta forma, ficou ultrapassada a questão.

Outra questão abordada foi a pontualidade, onde consensualmente fez-se um apelo para que os trabalhos comesçassem no horário previsto, para que possa permitir uma maior produtividade e eficácia a nível dos trabalhos da Comissão.

Por outro lado, levantou-se a questão de que o Regimento precisa de uma alteração de fundo e não pontual. Essa questão foi objecto de uma profunda análise e discussão, tendo sido concluído que uma vez que a iniciativa já havia sido aprovada na generalidade, não era possível voltar atrás. Ficou em aberto a possibilidade de, num futuro próximo, apresentar outra iniciativa de alteração do Regimento mais exaustiva.

Ultrapassadas as questões prévias, passou-se à análise na especialidade do projecto de resolução n.º 69/IX/13 – Primeira Alteração à resolução n.º 27/2007, de 15 de Fevereiro – Regimento da Assembleia Nacional.

Começou-se a analisar o preâmbulo, que foi objecto de algumas propostas de alteração, e que mereceu a aprovação com cinco votos a favor, dois contra e nenhuma abstenção.

De igual modo, foram aprovados os seguintes artigos: alínea b) do número 1 do artigo 16.º; número 5 do artigo 27.º; número 4 do artigo 34.º e número 5 do artigo 45.º, todos com cinco votos a favor, dois contra e nenhuma abstenção, tendo sido adiada a discussão e aprovação do número 2 do artigo 18.º.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, quando eram onze horas e trinta e dois minutos, da qual se lavrou a presente acta que depois de lida em voz alta foi aprovada e vai assinada pelo Presidente e por mim que a lavrei».

Sr. Presidente, reparei que há uma alteração a proceder-se quanto ao número de votação. O n.º 5 do artigo 45.º não foi aprovado com cinco votos a favor e 2 contra. Foi aprovado somente com cinco votos a favor, zero contra e nenhuma abstenção.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Boa Morte.

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — Sr. Presidente, acho que na acta deveria constar duas coisas importantes: o pedido do Grupo Parlamentar do ADI de ausentar-se da Sala por 5 minutos, em que o Sr. Presidente interino disse que poderia ser 5, 10, 15, 20 e também deve constar o que o Sr. Presidente interino disse, que o Grupo Parlamentar do ADI esteve ausente durante 6 meses. Está gravado e também devia constar da acta.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Nesta senda, acho que deveria constar da acta que no fim da reunião o técnico foi orientado pelo Presidente para convocar reunião para o dia seguinte.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Elsa Pinto.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, há uma questão prévia que foi colocada para ser analisada e gostaríamos de ouvir o seu pronunciamento sobre a questão da presidência.

O Sr. **Presidente**: — Ok. Como está escrito aqui na acta e porque o Sr. Deputado Delfim Neves referiu que, estando presente o Presidente da Comissão, deverá este assumir as suas funções, a menos que esteja a rejeitar as suas atribuições, na altura eu disse claramente que não rejeitava a posição. A única coisa que disse na altura, está gravado, podem depois escutar, é que para essa reunião de ontem devia continuar a presidir o Presidente Interino. A demais também eu desconheço essa figura de Presidente Interino no figurino da Assembleia Nacional. A Comissão tem dois Vice-Presidentes, sendo a Sra. Deputada Elsa Pinto e o Sr. Deputado Delfim Neves. Portanto, a Comissão, por norma também da Assembleia, tem métodos e regras para substituição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Bom, por regras regimentais, o Presidente, o Vice-Presidente e os Secretários da Comissão são eleitos em Comissão. Portanto, com a nomeação da Sra. Deputada Elsa Pinto ao cargo de procuradora-geral da República, era incompatível continuar a ser Deputada e muito menos Vice-Presidente desta Comissão. Daí que se reuniu e se elegeu um novo Vice-Presidente, que está a assumir as funções de Presidente com ausência do Presidente que teria sido eleito na Comissão. Isto é para esclarecer a primeira questão.

Segunda questão, leu bem o parágrafo que eu referi na acta, mas não leu o seu próprio parágrafo. Para além de dizer que não se trata de rejeição, disse que não iria presidir a reunião, porque não convocou. Convocou esta?

O Sr. **Presidente**: — Também não.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Então, está tudo dito. Não convocou, não pode presidir.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Isabel Domingos.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Sr. Presidente, eu creio que esta discussão não tem razão de ser, porque ontem já tinha sido esgotado todos esses procedimentos, inclusive um convite especial para que o Sr. Presidente da 1.<sup>a</sup> Comissão, Idalécio Quaresma, presidisse a reunião. Levantou um argumento, creio eu lógico, de que não convocou a primeira reunião e não conhecia de facto o conteúdo e a organização da referida reunião, preferiu não presidi-la para não interferir de forma contrária na presidência. Uma vez inteirando-se dos serviços, hoje assumiu com toda a naturalidade a presidência da Comissão e creio que não há nenhum impedimento para o efeito. No entanto foi feito aqui uma referência de diligências feitas junto à Mesa da Assembleia para, se não entendi mal, que o Sr. Presidente interino assegurasse o funcionamento da Assembleia. Nós gostaríamos de conhecer esse procedimento ou esse expediente feito junto à Mesa da Assembleia.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Essa intervenção que vou fazer agora tem a ver com dois aspectos essenciais. O primeiro aspecto é que eu sou membro de um órgão de soberania que deve ter regras e procedimentos que não podem ser confundidas com outros procedimentos informais.

Em segundo lugar porque tomei algum chá de berço e por essa razão antes de continuar gostava de pedir desculpas à Sra. Deputada de alguma coisa que tenha notado da minha parte que fosse excessivo. Sra. Deputada, quando levantamos a questão tivemos em conta uma questão de natureza da normalidade do funcionamento das instituições. O ADI terá as suas razões e ninguém tem a obrigação de dizer que não podem fazer isso e nem sequer se podem dizer isso e cada um pode ter a sua apreciação. O ADI não esteve aqui desde Dezembro em nenhuma plenária. Esteve mas não esteve nas Comissões especializadas, o estado continua e não pode haver vazio de poder. Há um expediente legítimo que a Assembleia tomou e dentre esses expedientes está a questão de formalização do funcionamento da 1.<sup>a</sup> Comissão Especializada, dentre outras. Durante cerca de 3 ou 4 meses fomos funcionando com a ausência do Presidente e com os Vice-Presidentes a dirigirem a 1.<sup>a</sup> Comissão. Depois de várias insistências e apelos do Sr. Presidente da Assembleia, não havia reacção nenhuma e a Assembleia tinha que funcionar, porque há uma despesa que se faz ao nível da Assembleia. Há serviços técnicos, há os Deputados, há outras pessoas que decididamente investem o seu tempo para os serviços da Assembleia e tínhamos que encontrar uma forma para que a 1.<sup>a</sup> Comissão pudesse funcionar melhor. O expediente que encontramos foi uma decisão da 1.<sup>a</sup> Comissão no sentido de interinamente ser dirigida por um membro seu. Bom, é esse que vem sendo feito durante alguns meses a esta parte e também houve uma outra decisão que tomámos ao nível da 1.<sup>a</sup> Comissão que é o seguinte: que os meios disponibilizados à 1.<sup>a</sup> Comissão sejam postos outra vez ao serviço da 1.<sup>a</sup> Comissão, nomeadamente a questão da viatura. Os Srs. Deputados devem ter reparado que logo que a viatura veio os técnicos da Assembleia comunicaram-me dizendo: «Sr. Deputado, o senhor é Presidente Interino da Comissão e já está aqui a viatura e está aí a chave» e eu lhes disse: «Meus caros, ponham a viatura lá na Assembleia e quando a 1.<sup>a</sup> Comissão ou a Assembleia tomar a decisão definitiva de

quem deve presidir a 1.<sup>a</sup> Comissão, o carro ser-lhe-á afecto. Há muita gente que não se importaria, mas eu também sou pessoa havida, não agarrada a bens materiais, porque antes dos bens materiais eu tenho que fazer o meu retractor de homem que tem uma postura ética. Assim deixei lá e está lá. Não andei com esse carro nem um metro, para saberem que eu não estou agarrado a isto. A única coisa que me agarra aqui ou que me agarrou à 1.<sup>a</sup> Comissão é a responsabilidade que tenho enquanto Deputado e o desejo de fazer com que as coisas andem. Houve dois expedientes: há um que é da 1.<sup>a</sup> Comissão, uma deliberação da 1.<sup>a</sup> Comissão no sentido de, em função do contexto, haver um presidente interino até a resolução definitiva do problema. Houve um expediente e isso foi enviado à Mesa da Assembleia e um expediente do Sr. Presidente da Assembleia no sentido de solicitar aos Srs. Deputados do ADI a sua disponibilidade. Creio e espero não estar a especular sobre o conteúdo desse expediente, no sentido de decidirem sobre o seu regresso aos trabalhos da Assembleia. Estende-se também à 1.<sup>a</sup> e a 3.<sup>a</sup> Comissão Especializada e mandam as regras que haja procedimentos. Se há o desejo de moralizarmos as coisas e de torná-las correctas, eu penso que tem que haver um expediente da parte do ADI no sentido de se comunicar ao Sr. Presidente de Assembleia que doravante vão retomar os seus lugares nas Comissões Especializadas, dentre outros expedientes que deve haver ao nível da 1.<sup>a</sup> Comissão. A 1.<sup>a</sup> Comissão é que tomou essa decisão. Não tendo sido feito isso, eu entendo que é de todo negável qualquer atitude encontrada.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Elsa Pinto.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Relativamente a esta questão, foram despendidos argumentos de natureza legal que tangem os princípios, as regras etc., mas há uma questão de natureza moral e ética. Nós até podemos divergir-nos, podemos ser de partidos contrários, mas o Sr. Presidente é Presidente da 1.<sup>a</sup> Comissão. O senhor deixou a 1.<sup>a</sup> Comissão durante quase 6 meses e, ao regressar, deve haver um gesto, uma palavra. Nós queremos construir São Tomé e Príncipe assim? Nós assegurámos a 1.<sup>a</sup> Comissão, trabalhamos, produzimos e o senhor, ao regressar à Casa, tem que cumprimentar os Deputados, tem que dizer-nos formalmente: «eu regressei à 1.<sup>a</sup> Comissão e estou disponível», porque «o senhor chove quente e chove frio. Ninguém sabe se amanhã o senhor deixa de aparecer na 1.<sup>a</sup> Comissão. Há uma questão de natureza ética também relativamente a nós que estamos cá, somos pessoas. Eu acho que isso é o mínimo que gostaria pelo menos de poder sentir da sua parte. Outrora estávamos consigo, viabilizávamos, construíamos e etc. e o senhor foi por razões que lhes são legítimas, mas está bem. Eu acho que é isto que está a faltar também um pouco no meio de tudo isto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Estamos a perder algum tempo nisto, até certo ponto, por culpa da própria Comissão, porque fomos muito e muito tolerantes com determinadas atitudes e assim peço aos Srs. Deputados para observarem o n.º 2 do artigo 44.

A um bom rigor, o Sr. Deputado Idalécio e dos restantes membros da Comissão já não pertencem a esta Comissão. Agora, nós fomos com alguma prudência acautelar, aclamando a paz e a tranquilidade, para que as pessoas apareçam e depois venham nos surpreender hoje, quando a bom rigor o n.º 2 diz: «Perde a qualidade de membro da Comissão o Deputado que deixe de pertencer o grupo parlamentar pelo qual foi indicado, à solicitação deste, ou que excede o numero regimental de faltas representativas em reuniões. Está com faltas, quer dizer, que sobeja. A bom rigor o Sr. Deputado já não é membro desta Comissão. Daí que eu associo este artigo também àquilo que saiu da própria sua boca, «eu não presido a reunião que eu não convoquei». Não tendo convocado esta, não deve presidir. Está na acta.

O Sr. **Presidente**: — Muitas das vezes há pessoas que fazem afirmações e se esquecem do que deixaram para trás. Foi o Sr. Deputado que escreveu e está aqui na acta...

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — É para esclarecer. Não estou a retirar nenhuma vírgula daquilo que eu disse e não contraria em nada aquilo que o senhor disse. Queria que o senhor se pronunciasse sobre aquilo que disse ontem. Eu disse bem, «estando presente, deve presidir» e foi o senhor quem disse que não presidia porque não convocou. Isso também está escrito!

Não tendo convocado esta e, sendo esta a sequência da outra, não deve presidir, por maioria da razão.

O Sr. **Presidente**: — Outra questão também que levantou a Sra. Deputada Isabel foi a do expediente feito da 1.<sup>a</sup> Comissão, mas o nosso Grupo Parlamentar não foi informado de nenhum expediente neste aspecto, pelo menos não tem conhecimento de nenhuma nota.

Portanto, quanto ao nosso regresso, se quando saímos não escrevemos carta, então quando regressamos também não vamos escrevê-la. Ainda recordo muito bem o que disse o Sr. Presidente da Assembleia na última sessão, «estamos num campo político».

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia, para uma intervenção.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, queria dar o meu contributo.

Ouvi atentamente as intervenções e pareceu-me que há uma vontade ou uma tendência de os Deputados não terem o Sr. Deputado Idalécio Quaresma como Presidente da Comissão. Daí que não entendo, ou então foi com demagogia que os Srs. Deputados, em várias plenárias e em vários campos políticos e não só, andaram a convidar os Deputados do ADI para que pudessem exercer em pleno as suas funções.

Ouvi aqui pessoas falarem em «gestos», «expedientes», «ética», «moral». Srs. Deputados, o expediente foi aquilo que os Srs. Deputados fizeram. Os Srs. Deputados recordam-se de quando assaltaram o poder? Esses é que foram os expedientes que vossemecês fizeram aqui. Os senhores gostam muito da palavra «expediente» ...

*Murmúrios e protestos.*

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Se faz favor, tem a palavra.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, estamos a discutir uma questão séria, queremos ouvir o pronunciamento do Sr. Presidente e o Sr. Deputado Carlos Correia não é membro da 1.<sup>a</sup> Comissão, é convidado a esta comissão. Com todo o direito, mas justamente quero apelar à ética o Sr. Deputado Carlos Correia, porque «quem fala o que quer, ouve o que não quer».

*Aplausos do Sr. Deputado José Viegas.*

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — É só uma introdução, Sra. Deputada. Estou apenas a fazer uma introdução para refrescar as memórias de vossemecês...

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Depois vamos passar para o desenvolvimento!

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Não se aflija que já vamos chegar lá. Não estamos aqui?

*Protestos da Sra. Deputada Elsa Pinto.*

Acredito que não estamos cá para confusão, mas também, Sra. Deputada, os Srs. Deputados a falarem...

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Ponto de ordem.

O Sr. **Presidente**: — Se faz favor, tem a palavra.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Peço ao Sr. Presidente para reorientar a reunião e que definamos rapidamente aquilo que estamos a discutir, se o senhor vai presidir ou não. Se não vai, vai presidir com quatro Deputados, porque os outros cinco podem reunir. Se o Sr. Deputado vai para este campo, o senhor se calhar é novo, porque quem «assaltou o poder» com 31 Deputados da maioria foi o ADI. Se não sabe, vá ver a história.

*Murmúrios e protestos do ADI.*

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Deputado, posso ser novo, mas essa história de ser novo...

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Tem-se que ter postura, não vale a pena o Sr. Deputado Carlos Correia vir aqui com essas questões, não vale a pena!

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Pelo facto de ser mais velho, não pense o senhor que o País é seu. Os mais novos também têm direito no país.

*Protestos do Sr. Deputado Delfim Neves.*

Tome cuidado com essa expressão «o senhor é mais novo». O Sr. Deputado já disse à minha colega Deputada Isabel que ela é mais nova e que não conhece as coisas. O Sr. Deputado vai ver que daqui para o futuro as coisas vão mudar, os nossos filhos virão muito mais acesos que nós. Não pensem que o País é vosso.

**Vozes do ADI**: — Carlos, tenha calma!

*Murmúrios e protestos gerais.*

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Um ponto de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Se faz favor, tem a palavra.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, acho que este andar não nos leva a lado nenhum.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Ainda não ouvi o Sr. Presidente pronunciar-se.

O Sr. **Presidente**: — A única questão que tenho que responder é que a presidência pertence ao ADI, sou do ADI e vou presidir a reunião.

*Murmúrios e protestos do MLSTP/PSD e do PCD.*

Também dissemos na plenária, quando insistiram na nossa presença, que vamos estar na Assembleia a partir da última plenária.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sim, e para quê essas conversas mais aqui?

**Vozes do ADI**: — Carlos, calma!

O Sr. **Presidente**: — Fomos claros, desde a última plenária que agora estaremos em todas as comissões e aonde for necessário.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Então o senhor tem que formalizar isso.

O Sr. **Presidente**: — Não formalizei da primeira vez, como formalizarei agora? Não recebi nenhuma nota. Se recebesse alguma nota da Assembleia, tudo bem.

*Murmúrios e protestos do MLSTP/PSD e do PCD.*

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Quer dizer, a gente as vezes fica sem saber. Em bom rigor, li aqui o artigo do Regimento, o Sr. Deputado já não é membro desta comissão...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o senhor está a ler «em bom rigor» porque lhe convém.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não, está aqui.

O Sr. **Presidente**: — Está bem, mas o senhor está a ler «em bom rigor» porque lhe convém!

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Naturalmente.

O Sr. **Presidente**: — Sabemos isso e depois?

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — E depois, estou a inventar alguma coisa?

O Sr. **Presidente**: — Para agora o Regimento vale, mas para outras coisas não vale!

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Mas, estou a inventar.

O Sr. **Presidente**: — Não, não estou a dizer que o senhor está a inventar. Estou a dizer que para umas coisas o Regimento vale, mas para outras não vale.

*Murmúrios e protestos do ADI.*

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Então, se fomos tão complacentes convosco, não tendo reunido em maioria para analisar essa questão, é porque queremos que os senhores regressem, mas os senhores têm que formalizar.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Exactamente!

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não somos nenhuma criança...

O Sr. **Presidente**: — Já estamos cá! Como dissemos politicamente aqui no púlpito, estamos disponíveis e vamos entrar, e entrei!

A Sra. **Elsa Pinto**: — Sr. Deputado, há uma coisa que tem que ficar assente: não queremos obstar a sua presença na 1.ª Comissão. Até gostaria de saudar o regresso dos Deputados desta Comissão. Não estamos a obstar, o que queremos é um posicionamento claro, só isso!

*Murmúrios do ADI.*

O Sr. **Presidente**: — Sra. Deputada, vou mais uma vez dizer que a partir de hoje, como disse anteriormente naquele púlpito, o ADI está na Assembleia e vai exercer todas as suas funções em todas as comissões a que pertence. Se quer para repetir, repito: estou aqui presente para presidir a reunião, e vamos embora!

Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas, para uma intervenção.

O Sr. **José Viegas** (PCD): — Sr. Presidente, acho que devemos fazer as coisas como devem ser. Vamos pedir 5 minutos para algum acerto. Acho que essa vossa posição em regressar é correcta e aplaudida, mas tem que ser formalizada. Se se abdicam a isso, paciência, mas não convivo com um quadro desse.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Isabel Domingos, para uma intervenção.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Sr. Presidente, queria apenas dirigir uma questão ao Sr. Deputado José Viegas, solicitando a que formalização faz referência. Não me lembro de uma formalização feita por parte do ADI na altura que decidiu suspender as suas actividades na Assembleia. Foi uma decisão política, já o reconheceu. Também está na Assembleia Nacional desde o dia 15 de Abril de 2013 no seu pleno, não sei a que formalização faz referência. Por isso é que solicitava ao Sr. Deputado que me esclarecesse.

O Sr. **José Viegas** (PCD): — Sra. Deputada, formalização faz-se e é justificada desde o quadro seguinte: o ADI afastou-se, — não é isso que está em discussão, mas o facto é que pelo menos não estava na Comissão e ela tinha que funcionar — tomamos uma deliberação e comunicou à Mesa da Assembleia Nacional por escrito...

O Sr. **Presidente**: — Que deliberação? Não tive conhecimento...

O Sr. **José Viegas** (PCD): — Uma deliberação da 1.ª Comissão de que enquanto o ADI não regressar, enquanto o Presidente eleito no início da sessão não regressar, vamos ter um presidente interino. Portanto, temos que ter um outro posicionamento, mesmo a partir da 1.ª Comissão. Ou pelo menos que o ADI responda por escrito a comunicação que o Sr. Presidente da Assembleia fez que vai regressar e ocupar os seus lugares nas comissões que lhe foram atribuídas no princípio da legislatura. Isso é um procedimento administrativo normal.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Mas, Sr. Presidente...

**Vozes do ADI**: — Não Sr. Deputado, deixe estar.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — A Mesa irá conceder 5 minutos, mas estamos a resolver um assunto...

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Ponto de ordem.

O Sr. **Presidente**: — Se faz favor, tem a palavra.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Pedi para o Sr. Presidente reorientar a Mesa, porque estamos na sede da 1.ª Comissão. Os Deputados podem participar nas comissões sem direito ao voto, mas sobre a matéria em discussão. A matéria que estamos a discutir previamente é uma matéria da 1.ª Comissão e só devem pronunciar os membros desta Comissão...

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Exclusivamente.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — ...exclusivamente. Não há espaço para os Deputados que não estão aqui nesta lista pronunciarem.

Daí que peço para que a Mesa se oriente.

O Sr. **Presidente**: — Suspendamos a reunião por 5 minutos.

*Eram 10 horas e 10 minutos.*

Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

*Eram 10 horas e 15 minutos.*



Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não estamos em condições ainda de aprovar a acta e entendo que, tendo havido um expediente da Comissão, reunida na sua maioria, que deliberou e submeteu à Mesa da Assembleia para decisão, acho que o Sr. Presidente, querendo retomar as suas regulares actividades nesta Comissão, deve formalizar. Não sendo o caso, pessoalmente acho que não estamos em condições de continuar os trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Como é lógico, só podia reagir tendo conhecimento do documento. Não o conhecendo pessoalmente, nem o meu Grupo Parlamentar, nada podemos fazer a esse respeito.

*Murmúrios.*

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Domingos, para uma intervenção.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Sr. Presidente, havendo ou não o referido expediente a que se faz referência aqui na Sala, o termo «interinidade» cessa quando o Presidente eleito entra em exercício.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Desculpe, Sr. Presidente, mas a Sra. Deputada Isabel não está cá nesta lista...

*Murmúrios do Sr. Presidente.*

Mas não está cá, ao menos que esteja enganado.

*Murmúrios do ADI.*

Então o técnico devia explicar isso.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Nem é do Presidente, os serviços. Foi introduzida uma carta de substituição para estar nessa qualidade.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Apenas para alertar que a lista que está aqui é do dia 20, portanto, feita ainda esta manhã.

O Sr. **Presidente**: — A Sra. Deputada pode fazer chegar o seu convite se faz favor?

*Pausa.*

Aqui também tenho um convite dirigido à Sra. Deputada Isabel Domingos com a Assinatura do Presidente interino, no dia 19 de Junho de 2013.

*Pausa.*

Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas, para uma intervenção.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu particularmente, enquanto indigitado pela 1.<sup>a</sup> Comissão para dirigir os trabalhos da Comissão interinamente, gostaria de propor o princípio de que a formalização deve ser feita para que o senhor continue a presidir a 1.<sup>a</sup> Comissão, independentemente da questão que levanta o Sr. Deputado Delfim Neves sobre o excesso de faltas que o Sr. Deputado Idalécio, pessoalmente, tem ao nível da 1.<sup>a</sup> Comissão.

Para nós esta é a condição *sine qua non* para que o senhor continue a presidir a sessão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Domingos, para uma intervenção.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Sr. Presidente, no intuito de contribuir para ultrapassarmos essa questão, que de facto começamos a trabalhar, acredito que é o desejo de todos aqui, tenho uma sugestão: o mesmo processo que foi utilizado junto da Mesa da Assembleia para indigitar um presidente interino da Comissão, acho que devia ser o mesmo para comunicar a Mesa da Assembleia que o Presidente eleito da Comissão reassumiu as funções.

Seria uma forma breve de ultrapassarmos a questão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas, para uma intervenção.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Ora, estando nessa dinâmica lógica, significa dizer que a 1.ª Comissão tem que deliberar, porque isso foi uma deliberação da 1.ª Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Domingos, para uma intervenção.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Antes tinha uma anterior intervenção que falava do processo da interinidade e ainda continuo a insistir, porque o termo «interinidade» cessa de facto quando o Presidente eleito, ou a pessoa eleita assume as suas funções, que é o caso.

Acredito não estar diante de um falso problema para não avançarmos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas, para uma intervenção.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Não gostaria de estar a estabelecer um diálogo consigo por razões que não quero dizer aqui...

*Murmúrios da Sra. Deputada Isabel Domingos.*

... mas se há uma dinâmica para que as coisas não avancem não é do nosso lado. Aliás, sempre estivemos aqui desde que fomos eleitos e empossados. Estamos aqui e continuamos aqui porque queremos que as coisas avancem.

Lembro-me que na discussão que tivemos ontem, em termos da discussão e aprovação na especialidade da proposta de alteração do Regimento, as intervenções havidas de uns e de outros foram mostrando o que cada um tem para contribuir, efectivamente, para o enriquecimento do documento que estamos a discutir e o que cada um tinha e fez para que essas coisas não avançassem. Portanto, do nosso lado estejam tranquilos que não estamos aqui para bloquear nada, simplesmente estamos a pedir que essa formalização seja feita. Acho que não vale a pena estarmos aqui com outros argumentos e outras coisas que, do meu ponto de vista, não estão a contribuir para irmos a lado algum.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos, para uma intervenção.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, só gostaria de fazer-lhe uma pergunta: podemos avançar com a análise do projecto de alteração do Regimento ou não?

O Sr. **Presidente**: — Gostaria mais uma vez de intervir nesta reunião, dizendo de que só poderei fazer alguma coisa escrita quando receber outra em escrito. Não recebendo, portanto, não tenho condições. Não sei a que referência irei fazer para dizer o meu regresso. Tenho que ser convocado, ou comunicado pelo menos de que há uma situação desse tipo. Não havendo, não tenho hipótese de voltar a responder.

A outra questão que coloco aqui aos Srs. Deputados é se podemos avançar ou não com o trabalho?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Domingos, para uma intervenção.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Sr. Presidente, queria ver esse expediente junto aos serviços afectos à 1.ª Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Não sei se os serviços estão em condições de fornecer tais expedientes feitos nesta Comissão.

Tem a palavra o Sr. Técnico da Comissão, Samora Ferreira, para prestar esclarecimentos.

O Sr. **Samora Ferreira** (Técnico do DSAPD): — Sr. Presidente, nesse caso teríamos que ir buscar nos arquivos da comissão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não apenas para estar de acordo com a proposta, mas para dizer que ela vai ser elemento de resolução. Se vêm os arquivos e os expedientes, vamos primar por aquilo que está ali, tudo bem, mas se for para verificar e continuar na mesma, acho que não faz qualquer sentido. É preciso ficar bem claro. Se o expediente está no arquivo, há uma deliberação e vai-se ter em conta, está bem, podemos ficar até 15, 20 minutos a espera. Mas se for apenas para apreciar e voltar a bater na mesma tecla, não vale a pensa.

Esta é e a minha sugestão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Domingos, para uma intervenção.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Sr. Presidente, peço desculpas estar nesta troca constante, mas é um exercício necessário.

O Sr. Deputado fez alusão a uma questão e permita-me discordar de si. Sendo um documento da Comissão, é um direito dos membros conhecê-lo. Logo esse direito não pode ser condição *sine qua non* para outra fase do processo. Está-se a fazer alusão de facto a um documento que existe, um expediente que foi feito e, enquanto membro da 1.ª Comissão, estou a solicitar o conhecimento deste documento. Pedimos, tomamos conhecimento, mas não pode ser condição, ou seja, não pode ser condição a tomada de conhecimento do documento. É um direito conferido e estamos a exigir esse direito. É apenas isso, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Elsa Pinto, para uma intervenção.

A Sra. **Elsa Pinto**: — Os membros da 1.ª Comissão, pelo menos aqueles que têm assento, conhecem todos os expedientes feitos nesta Comissão. Se o Sr. Presidente quer secundar a sua posição relativamente a esses documentos, o senhor que os consulte. Não vamos perder tempo a trazer a resolução. Sabemos que, realisticamente, este técnico começou ontem, ele vai procurar os artigos e isto é uma forma dilatória. Portanto, se o Sr. Presidente quer secundar a sua posição, consulte, o senhor é Presidente desta Comissão e então tem todo o poder de buscar e secundar a sua posição.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Apenas penso que se calhar será a última vez que vou pronunciar-me.

Só quero clarificar que não estou a impor absolutamente nada. O que estou a dizer é para não perdermos tempo. Se for para consulta, qualquer Deputado que tem assento na Comissão pode ir aos arquivos consultar. Agora, se for para tomarmos uma decisão e a decisão toma-se na Comissão por maioria, tudo bem, porque também podemos votar aqui se o Presidente deve ou não continuar, porque é eleito pela Comissão. Este não é um presidente eleito...

*Murmúrios e protestos do ADI.*

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — O lugar é do ADI!

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não, o lugar não é do ADI...

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — O lugar é do ADI, eternamente.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — O senhor disse bem, o lugar é do ADI, mas não é do Deputado Idalécio...

*Murmúrios do ADI.*

Bom, então vamos imaginar, uma coisa mais simples, na linguagem terra-a-terra, para percebermos: se o Sr. Deputado deixar de pertencer à 1.ª Comissão, por causa das faltas que tem?

**Vozes do ADI**: — Vamos indicar outra pessoa.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Ai é? Então indiquem outra pessoa. É exactamente isso que estou a dizer...

*Murmúrios e risos do Sr. Deputado Idalécio Quaresma.*

O Sr. **José Viegas** (ADI): — Sr. Deputado, o senhor não quer orientar os trabalhos? Se está, oriente!

*Murmúrios e risos do ADI.*

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Mas queremos o quê afinal?

O Sr. **Presidente**: — Agradecemos aos serviços que fossem buscar os documentos que solicitamos...

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não, só estou a fazer uma sugestão e gostaria que tivéssemos tomada esta decisão antes e a decisão aqui é tomada por voto, não há outra forma.

Fiz uma sugestão, uma proposta: se vierem os arquivos, vamos analisar e tomar uma decisão, tudo bem; se for apenas para apreciar, temos também que tomar uma decisão.

*Murmúrios e protestos do ADI.*

Gostaria que as pessoas percebessem bem o que estou a dizer, não disse para votar nenhum presidente aqui...

O Sr. **Presidente**: — Não, o senhor também falou disso aqui...

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Deputado, calma!

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Leia mais alguns articulados do Regimento e vai ver o que rege, está bem? É possível, leia bem o Regimento.

O que estou a dizer é que fiz uma proposta à Mesa e ela deve submetê-la à votação. Sim ou não. A proposta de uma comissão é como na plenária, o Presidente não tem competências de rejeitar nenhuma proposta, apenas submete a proposta à votação.

*Protestos do Sr. Deputado Carlos Correia.*

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Oh Correia, calma!

Sr. Presidente, peço desculpa, mas gostaria só de dizer que se há expedientes, se o Técnico vai buscar os arquivos, se nesse expediente há uma deliberação, segundo o que foi dito aqui, da Comissão tomamos uma decisão, é lógico. Agora, também se não houver nada a outra parte compromete-se a deixar as coisas como estão agora.

*Murmúrios do Sr. Deputado Delfim Neves.*

Não, fiz uma proposta à Mesa e o Sr. Presidente é que decide.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos...

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, uma coisa é ir buscar os arquivos, outra coisa é a proposta que lhe foi submetida e o senhor não pode reter as propostas, enquanto Presidente da Comissão. Há uma proposta que fiz e uma outra que vem do seu Grupo Parlamentar, que é quase similar e temos que tomar uma decisão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Domingos.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Esse exercício está a ser um bocado cansativo, mas está a tornar-se mesmo necessário. Se se chegou ao ponto de colocar em causa a realização desta sessão de trabalho, caso não houver uma formalização da sua presidência, qual é o impedimento que existe, se o expediente foi feito e existe? O palco ou espaço da Assembleia não é longínquo e nós não temos que percorrer quilómetros. Existe de facto um arquivo da Comissão, o técnico começou ontem as suas funções, é novo, mas os serviços ou os expedientes da Comissão não mudam com os técnicos. Pode-se recorrer ao anterior técnico e saber onde é que está o expediente. O arquivo da Comissão está organizado e pode-se buscar o expediente. Não sei qual é o impedimento de o Sr. Presidente, voluntariamente, distribuir esse expediente, sem colocar como condição para que ele venha. É necessário, conseqüentemente, que se tome uma decisão. Não estamos a exigir que se faça nesse momento o expediente. Quanto a ele, foi-nos informado que já foi feito. Nós apenas estamos a pedir tão humilde e simplesmente o conhecimento do referido expediente, Sr. Presidente. Esse pedido não pode ser ignorado ou condicionado a uma possível tomada de decisão.

Fez-se aqui menção no início de que há regras e entendemos também que há, mas pergunto: essas regras são parciais ou totais? Se existem regras por conveniências é necessário que nos comessem a informar. Nós temos situações de Plenário e de Comissão, Sr. Presidente. Foi dito aqui pelos Srs. membros da Comissão, disseram muito bem e acredito, que a Assembleia não pode parar, tem que funcionar. De facto funcionou. E como funcionou existe esse expediente, Sr. Presidente. O que o Grupo Parlamentar do ADI apenas está a pedir é que se coloque o tal expediente à sua disposição. Eu não vejo qual é o impedimento ou qual é a problemática que se pode desenvolver à volta disso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Elsa Pinto.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, acho que o senhor não está a ajudar muito também na condução deste trabalho, na medida em que não está a fazer a síntese das várias propostas que estão a ser colocadas. Esta condução está a ser estéril.

Acho que, havendo a necessidade de efectivamente consultar os artigos para podermos avançar seria bom, porque estamos há uma hora e meia só nesta questão. Eu proporia uma suspensão dos trabalhos para o Sr. Presidente consultar os arquivos e, em função de uma proposta que foi feita pelo Sr. Deputado Arlindo Ramos, se eventualmente houve esse expediente, o Sr. Presidente posiciona-se claramente num sentido. Se houver ou não a Comissão posiciona-se noutro sentido, para podermos avançar. Eu também tive um período de interregno, porque eu estava noutras funções e assim não conheço o expediente.

Acho que estamos num momento de estrangulamento e que não vamos avançar mais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos, para uma intervenção.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — É só para concordar com a suspensão dos trabalhos, a proposta da Deputada Elsa Pinto.

O Sr. **Presidente**: — Então vamos suspender a sessão por 15 minutos.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, acho que para o permitir consultar mesmo os arquivos, na sequência tanto da proposta do Sr. Deputado Arlindo e da Sra. Deputada Elsa Pinto, acho que podíamos suspender até amanhã. Isso permitir-nos-ia ver efectivamente essas questões e fundamentarmos as nossas posições.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, mas antes havia uma proposta e as propostas não devem ser retidas. O senhor está a passar logo para a segunda sem falar da primeira. Em que ficamos?

*Murmúrios do Sr. Deputado Carlos Correia.*

Sr. Deputado Carlos Correia, eu penso que este palco não dá para o seu comportamento. Se calhar nós podemos encontrar-nos num outro palco para falarmos de outros assuntos. Tome uma aspirina todas manhãs, para o seu coração trabalhar normalmente, está bem?

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Esse rapaz não dá para ser Deputado! Uma pessoa não pode ter esse comportamento!

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Portanto, Sr. Presidente, há N propostas sob a Mesa e o senhor tem que serrear as propostas e submete-las à votação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Domingos, para uma intervenção.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Eu só pedia que se repetisse as propostas, porque depois de várias intervenções fui-me perdendo. O Sr. Deputado Delfim Neves pode, por favor, fazer-me lembrar o assunto? Eu me perdi no meio das propostas.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Para a Mesa eu faço esclarecimento.

O Sr. **Presidente**: — Tendo em conta que foram várias propostas solicitadas, também tenho a proposta do ADI que pediu 5 minutos de suspensão, para analisarmos uma questão e depois veremos. Vamos suspender por 5 minutos para vermos a questão do ADI.

O Sr. Deputado Delfim sugeriu para verificarmos se existe a tal deliberação e em função dela o ADI tomaria uma posição. Será que ela existe? Então nós vamos ver. Depois tem outra proposta que é do Sr. Deputado Guilherme Octaviano, em que nós suspenderíamos a sessão para tomarmos contacto com o documento e em função dessa realizarmos, talvez amanhã ou outro dia qualquer, a continuação da reunião. Portanto, qualquer uma dessas propostas está sobre a Mesa e sou completamente indiferente a qualquer situação. Se existe o documento, teremos uma posição e se não existe tomaremos outra posição e assim isso é indiferente para mim. O nosso objectivo aqui é avançar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos, para uma intervenção.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — É só para dizer que depois das consultas que fizemos, achamos que era bom consultarmos os documentos para ver se há a tal deliberação.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado está a sugerir que seria para amanhã?

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Não! Para amanhã, não, porque houve outra proposta da Deputada Elsa Pinto. Suspenderíamos e o Sr. Presidente iria lá ver no documento se existe a deliberação. Assim estou a esclarecer a nossa posição em relação a tal deliberação, se existe. Se existir essa deliberação, é lógico que o ADI passará a presidência ao Presidente Interino, mas também nesta Comissão temos que deliberar a assunção da presidência pelo ADI a partir das próximas reuniões. É essa a minha proposta.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Domingos, para uma intervenção.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — De facto a nossa proposta foi bem apresenta e era no sentido de se fazer expediente de se encontrar o expediente que foi feito junto à Mesa da Assembleia sobre a deliberação e a nossa proposta é que suspendamos esta sessão de trabalho e que se encontre nos arquivos a tal

deliberação e se incite outros expedientes para repor o normal funcionamento. Logo, tenho uma proposta como forma de ganharmos tempo para que na próxima reunião de trabalho não venhamos cá outra vez com deliberações e que possamos avançar. Que concluíssemos todo o processo administrativo hoje e na próxima reunião, quando viermos cá amanhã ou quando formos convocados, possamos cingir-nos ao trabalho que nos trouxe aqui que é a revisão do Regimento.

Esta é a minha proposta, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — A Comissão deliberará para a integração do Presidente, para não voltarmos a estar na mesma situação como estivemos hoje.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos, para uma intervenção.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, há uma ligeira diferença entre o que a Deputada Isabel disse e o que o Sr. Presidente acaba de dizer. Ela disse que era bom que houvesse expediente no sentido de eliminar tudo isso. Há um monte de expediente e não é só consultar o arquivo. Fazer expedientes necessários para eliminar isso. É isso que entendi dela.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Elsa Pinto, para uma intervenção.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, queria chamar a sua atenção na formulação das diferentes propostas e na súmula que faz. Há uma série de propostas a serem apresentadas à Mesa. Ou o senhor reúne todas as propostas numa só ou votamos as diferentes propostas. Agora não pode fazer só uma súmula e dizer que é proposta do ADI. A questão da suspensão foi colocada antes do ADI. Antes de o Sr. Deputado Guilherme Octaviano lançar a proposta eu já tinha lançado. Portanto, o senhor tem que saber como é que faz a súmula das propostas, porque a Assembleia funciona assim. Se há N propostas, vota-se N propostas e ponto final. Devia conhecer tudo isso pelo menos e depois as questões das várias deliberações.

O Sr. **Presidente**: — Eu sei disso, conheço o Regimento.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Devia conhecer, pelo menos. Depois há a questão das várias deliberações. Temos que deliberar, mesmo sendo assuntos muito acrimoniosos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Domingos, para uma intervenção.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Não querendo usurpar a proposta, apenas contribui naquela proposta de suspensão que já havia. Acrescentei só a parte final dizendo que de facto temos que suspender e recorrer ao arquivo. Concordei com a proposta de suspensão para ganharmos tempo. Foi consensual quando se disse que estamos a perder tempo. Para ganharmos tempo, cuidaríamos de toda a parte burocrática e administrativa hoje, ou seja, suspenderíamos, íamos aos arquivos ver a deliberação, víamos o conteúdo e se a Comissão tiver a necessidade de deliberar outra vez, deliberávamos e ultrapassávamos toda a questão burocrática e administrativa da questão. Amanhã ou quando houver a próxima reunião da Comissão cingir-nos-íamos na proposta de revisão.

Acrescento mais uma segunda proposta Sr. Deputado. Se de facto estamos aqui para esgotar, independentemente dos dias que estaremos aqui, o procedimento é o mesmo. Segue-se hoje para os arquivos, encontra-se a deliberação, tramita-se para efeito, se for para tramitar hoje ou amanhã que se faça, mas é necessário encontrar a base fundamental da nossa discussão, que é a deliberação.

O Sr. **Presidente**: — Também estou inteiramente de acordo e é por isso que disse que temos que encontrar a informação e, se for o caso, deliberar na próxima reunião da Comissão, que poderá ser amanhã ou depois, será em função da deliberação que existir. Convocaremos a reunião para deliberar no sentido contrário, caso for necessário. Posteriormente, teremos tempo para seguir os nossos trabalhos. Não sei se concordam comigo.

**Uma Voz**: — Expedientes.

O Sr. **Presidente**: — Façamos os expedientes necessários, só que temos que terminar a sessão de hoje e vamos ao arquivo ver o documento. Se for da responsabilidade do ADI, vamos fazer todos os expedientes necessários e na próxima reunião, que deve ser mais breve possível, comunicaríamos a Mesa da Assembleia a situação. Isto para sermos mais rápidos e não tornar mais fastidiosa a situação, porque já começa a ser pesada.

Então encerramos a sessão de hoje e vamos lá em baixo ver o arquivo.

Srs. Deputados, declaro encerrada a sessão.

Eram 10 horas e 55 minutos.

*Estiveram ausentes os seguintes Srs. Deputados.*

Acção Democrática Independente (ADI):

**Levy Nazaré**  
**Domitília Trovoada**